

## Parte I - Cenários

Políticas raciais, diáspora e transnacionalismo: notas para compreender as mobilizações negras e as ações afirmativas no Cone Sul

Laura Cecilia López

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LÓPEZ, LC. Políticas raciais, diáspora e transnacionalismo: notas para compreender as mobilizações negras e as ações afirmativas no Cone Sul. In: JARDIM, DF., and LÓPEZ, LC., orgs. *Políticas da diversidade: (in)visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. Práticas de justiça e diversidade cultural series, pp. 39-58. ISBN 978-85-386-0385-6. Available from doi: [10.7476/9788538603856](https://doi.org/10.7476/9788538603856). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/sny5t/epub/jardim-9788538603856.epub>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# Políticas raciais, diáspora e transnacionalismo: notas para compreender as mobilizações negras e as ações afirmativas no Cone Sul

Laura Cecilia López

Neste artigo, me debruçarei sobre a configuração e as perspectivas das mobilizações negras contemporâneas em face aos pleitos por políticas públicas com enfoque étnico-racial e ações afirmativas no Cone Sul.

Retomo como perspectiva de análise a *crítica pós-colonial*, que concebe o multiculturalismo<sup>1</sup> como uma desconstrução do eurocentrismo, do discurso que ‘normaliza’ as relações de poder racializadas (Steyn, 2004). O pós-colonialismo nos convida a focar a nação como um espaço liminar de significação, que é marcado internamente pelos discursos de minorias, pelas histórias heterogêneas de povos em disputas, por autoridades antagônicas e por locais tensos de diferença cultural (Bhabha, 2005).

Proponho o termo *políticas raciais* (Hanchard e Chung, 2004) para ressaltar a disseminação de mecanismos que racializam o acesso ao poder e naturalizam as desigualdades entre grupos, aos quais são atribuídas características tratadas como fixas ou dadas como naturais sob certas condições econômicas, políticas e culturais. Ao mesmo tempo, esse conceito permite pensar as políticas que emanam da resistência dos sujeitos para alcançar a desracialização das relações sociais.

---

<sup>1</sup> Adotamos uma noção de multiculturalismo que amplia as discussões dos países nórdicos, para pensar as realidades latino-americanas, perpassadas por ideologias de mestiçagem e de branqueamento que delinearão as nações como homogêneas, e sua desconstrução pelos movimentos que reivindicam uma pluralidade étnico-racial e cultural.

Por que trazemos a dimensão transnacional para entender as mobilizações negras e as políticas de ação afirmativa na contemporaneidade?

O fato de refletir sobre a *dimensão transnacional* dos movimentos negros como inerente à própria ideia e historicidade da *diáspora africana nas Américas*, assim como às políticas raciais, objetiva desconstruir a noção recorrente de que o tratamento da questão racial está exclusivamente vinculado com uma demanda de direitos minoritários no contexto de uma nação. Conforme é discutido em outros capítulos, a noção de “minorias” não parece útil para pensarmos os direitos de cidadania de populações não contempladas no ideário de nação homogênea e (formalmente) igualitária. Pretende-se desconstruir essa ideia iluminista de nação a partir de um olhar descentrado a partir das “margens”.

Farei, num primeiro momento, algumas considerações conceituais. Num segundo momento, retomarei os dois eixos que percorreram minha tese de doutorado (López, 2009): o primeiro deles, sobre a relação local – nacional – transnacional das políticas raciais e das mobilizações negras e as identificações afro-diaspóricas; e o segundo eixo, sobre a construção de demandas da militância negra e as disputas por políticas públicas específicas.

### **O Atlântico negro, diáspora e transnacionalismo: um itinerário de reflexão sobre políticas raciais no Cone Sul**

O conceito de *Atlântico Negro* (Gilroy, 2001 [1993]) tem se transformado na última década em objeto de reflexão tanto analítica como política. No sentido analítico, foi retomado por diversos autores como unidade de análise, precisamente para pensar as estruturas transnacionais criadas na modernidade a partir da dispersão de pessoas africanas como parte da formação da “economia-mundo” (Wallerstein, 1979) e a instituição da escravidão. Estas transformações deram origem a um sistema de conexões e comunicações globais marcado por fluxos e trocas culturais e os jogos de força e poder através de formas variadas de dominação, possibilitando a criação de um espaço diaspórico de pertencimento e de resistência. O Atlântico Negro surge como conceito e como reflexão política, no sentido de subsidiar posturas antirracistas e antiessencialistas, repensando os conceitos de “raça” e “etnicidade” no quadro dos estudos pós-coloniais. Tais reflexões vêm contribuir com possíveis respostas, nos níveis nacionais, ao dilema de

como articular as demandas contra um racismo diferenciado por igualdade social e justiça racial, e as demandas contra um etnocentrismo universalizante pelo reconhecimento da diferença cultural (Hall, 2003).

A linguagem da diáspora foi uma elaboração que emergiu na década de 1960 entre intelectuais e ativistas negros como resposta ao pan-africanismo, entendido em termos de “mesmidade” e comunalidade cultural assumidas a-historicamente como unidade política entre as pessoas negras. Nesse sentido, apontou-se um sentido historizado e politizado da diáspora, entendida como um circuito transnacional de políticas e culturas por sobre a nação e além dos oceanos, que conformara uma arena de contestação e de identificação baseados em pleitos e negociações da diferença (Lao-Montes, 2005). Desta forma, repensavam-se as narrativas históricas e culturais pautadas por noções de centro e periferia e, em uma perspectiva multilocalizada, começava-se a problematizar as experiências identitárias, no caso, de afro-descendentes.

Nos Estados Unidos, as mobilizações pelos direitos civis ressemantizaram o termo “negro”, que passou a representar uma tentativa de reivindicar uma herança africana que havia sido negada aos norte-americanos negros pelo racismo (Banton, 1977). Mas, como projeto político historicamente específico localizado na dinâmica sociopolítica e econômica nesse país, a ideologia do Poder Negro não reivindicava simplesmente um passado ancestral pré-determinado. No próprio processo também se construía uma versão particular dessa herança (Brah, 1996).

Segundo Stuart Hall, as lutas por redescobrir as “raízes/rotas” africanas no interior das complexas configurações da cultura caribenha (mas que pode ser pensado também para as Américas de modo geral) e por falar, através desse prisma, das rupturas do navio, da escravidão, da colonização, da exploração e da racialização produziram o sujeito negro nas Américas e a “África” na diáspora.

Nesse sentido, parto do questionamento de um tipo de explicação do fenômeno do transnacionalismo da política negra dos últimos anos que privilegia os efeitos de “imposição” do neocolonialismo e imperialismo estadunidense da problemática racial sobre os países da América Latina, como elemento externo às realidades nacionais e como processos de mão única. O argumento central dos autores que postulam a imposição é que tanto atores globais (fundações, organismos de financiamento, etc.) quanto intelectuais norte-americanos estão impondo linguagens políticas dos países centrais,

que nada tem a ver com as “formações de diversidade”<sup>2</sup> das sociedades latino-americanas nas quais são introduzidas.

Um artigo dos cientistas sociais Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant publicado no Brasil, em 2002, gerou uma polêmica no meio acadêmico ao ressaltar o impacto massivo da chamada pelos autores *doxa* racial norte-americana e o avanço hegemônico na exportação de seus idiomas políticos calçados na dicotomia entre brancos e negros. Fato que produziria “problemas espinhosos” em países em que os princípios de visão e divisão das diferenças étnicas são completamente diferentes e em que, como o Brasil, ainda eram considerados, recentemente, como contraexemplos do ‘modelo americano’ (Bourdieu e Wacquant, 2002).

Uma das réplicas a essa posição foi a do cientista político afro-norte-americano Michael Hanchard, baseada na ideia de que esse tipo de explicação corresponde a suposições e métodos analíticos que privilegiam o Estado nacional e a cultura “nacional” como objetos únicos da reflexão e da análise comparativa. São exaltadas as políticas dos Estados nacionais, enquanto as mobilizações de atores não estatais são negligenciadas e, quando identificadas, precariamente compreendidas, sem levar em conta a complexidade e especificidade da política negra nas dimensões locais, nacionais e transnacionais (Hanchard, 2002).

A crítica que faço implica numa reflexão política, já que os argumentos da “importação dos conflitos raciais” nos países latino-americanos acabam por deslegitimar a ação e até a própria existência dos diversos movimentos pleiteantes de direitos étnico-raciais na América Latina, particularmente dos movimentos negros, pois minimiza seu protagonismo como uma “resposta” a um discurso estatal quase que eternizado e que *a priori* detém uma inexorável força de imposição de seus princípios sobre a sociedade civil.<sup>3</sup> Ao mesmo tempo, não reconhecem o racismo enquanto sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão, como componente central tanto das políticas imperiais como dos Estados nacionais na organização geopolítica do espaço mundial. Essa abordagem que proponho permite compreender uma disseminação das políticas raciais como tecnologias que modelaram o acesso ao poder e a naturalização das desigualdades entre grupos.

---

<sup>2</sup> Nas palavras de Rita Segato (1999), para referir-se às formas de diversidade e fraturas legitimadas e consolidadas historicamente ao interior dos Estados nacionais.

<sup>3</sup> Sobre movimentos negros na América do Sul, ver, entre outros: Andrews, 2004; Mosquera e Barcelos, 2006; Restrepo, 2005.

Nesse sentido, o olhar para a América Latina (especificamente para o Cone Sul) na minha pesquisa (López, 2009) teve o propósito de apontar a diversidade e a conexão de processos históricos e atuais em escala regional, que superam os limites do Estado nacional, bem como as percepções centradas nele. Mais ainda, este olhar pretendeu chamar a atenção para inserir o Brasil em processos mais amplos da América Latina, questão que envolve uma reflexão pouco desenvolvida nesse país. No caso específico das ações afirmativas e das políticas raciais, contribui para descentrar as comparações entre o Brasil e os Estados Unidos e a África do Sul, muitas vezes simplificadas e que produzem um efeito de “essencialização” do Brasil como “democracia racial”, dando contornos homogêneos a uma realidade plural. No caso do Uruguai e da Argentina, contribui para questionarem-se as comparações com outros países da América Latina que fortalecem uma ideia de países “brancos” que resolveram “igualmente” as diferenças étnicas e raciais, eliminando sua expressividade na esfera pública ou, como analisa Luis Ferreira (2003) para o caso do Uruguai, colocando-as no âmbito da privatização na “intimidade da nação”, como ornamento e exotismo culturais.

É preciso trazer alguns elementos contextuais relevantes para entender os cenários dos movimentos afro-latino-americanos contemporâneos. As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas na América Latina pela imposição de regimes militares em quase toda a região, numa reação às tentativas de aprofundar as alianças populistas ou de explorar alternativas socialistas democráticas. Com ênfases diferenciadas em cada país do Cone Sul, o autoritarismo viabilizado por meio da repressão estatal e da violência sistemática deu origem a uma luta multiforme que suscitou um amplo movimento pró-democracia em diversos setores da sociedade.

No contexto regional, as mobilizações negras contemporâneas foram gestadas numa arena em que o que se interpretava como movimento social era o conjunto de organizações de caráter operário e popular, amparadas na ideia de luta contra as desigualdades e na solidariedade entre os oprimidos, e tendo uma base discursiva elaborada na experiência da igreja católica, dos grupos de esquerda e dos sindicatos (Cardoso, 2001). As disputas de poder estavam fortemente vinculadas à ideia de classe, dando continuidade à noção de nação homogênea e não considerando as vivências racializadas de classe, gênero, etnia.

No caso do Brasil, os movimentos sociais do período de abertura democrática (ou de afrouxamento da ditadura a finais dos anos 1970 e começo dos anos 1980) eram identificados com as associações de moradores, o

Movimento dos Sem Terra (surgido em 1984), núcleos de base da igreja católica, a reorganização do movimento sindical e a contribuição de lideranças destes movimentos sociais (muitas delas, lideranças negras) para a fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980, que congregou dirigentes sindicais, intelectuais de esquerda e católicos da Teologia da Libertação.

No Uruguai, os movimentos sociais da época basicamente eram reconhecidos no sindicalismo reorganizado após a ditadura, em algumas manifestações do movimento estudantil secundarista e universitário, e no movimento de cooperativas de moradia, congregado a partir dos anos 1970 na *Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua* (Fucvam), que reafirmou a rede social em torno das comunidades, atendendo outros problemas além da moradia (Falero, 2004). O *Frente Amplio*, coalizão de esquerda fundada em 1971, veio a congregar, de maneira semelhante ao Partido dos Trabalhadores no Brasil, as lideranças dos movimentos sociais.

Na Argentina, o processo de democratização na década de 1980 foi marcado pela visibilidade dos movimentos em defesa dos direitos humanos violados durante a ditadura. A demanda pela identificação dos filhos desaparecidos e pelo julgamento aos militares por parte das *Madres de Plaza de Mayo*, das vítimas da guerra de Malvinas e de grupos de base da igreja católica convergia com a reorganização dos sindicatos e dos partidos políticos (União Cívica Radical, Partido Justicialista e coalizões de centro-esquerda a fins dos anos 1980). As mobilizações indígenas, com maior expressão nas províncias do interior do país, como o caso dos mapuches no sul da Argentina,<sup>4</sup> vinham disputando as fronteiras da nação, ao mesmo tempo em que eram tensionadas e invisibilizadas pela lógica política das alianças populares da “luta de classe”.<sup>5</sup>

Inclusive a luta das mulheres, surgida nesses três países, conformara uma configuração que ocasionou particularidades no feminismo, sendo

---

<sup>4</sup> Em 1970 foi criada em Buenos Aires a Comisión Coordinadora de Instituciones Indígenas de la Argentina; em 1971 na província patagônica de Neuquén foi criada a Confederación Indígena Neuquina e na província de Chaco (no nordeste do país) foi fundada a Federación Indígena del Chaco. O movimento indígena organizou em 1972 o Primer Parlamento Indígena Nacional (o Futa Traum) que foi realizado em Neuquén (Gordillo e Hirsch, 2003).

<sup>5</sup> Desde o ano 1985, encontrava-se em processo de criação o Instituto Nacional de Assuntos Indígenas, produzindo-se sua consolidação na década de 1990, como ferramenta institucional de aplicação dos direitos dos povos indígenas na Argentina após a promulgação da Constituição de 1994.

que os incipientes grupos foram compostos basicamente por ativistas de esquerda e a partir de um confronto com o Estado autoritário em prol da democratização e em defesa dos direitos de cidadania; assim, as “questões específicas” ficaram, muitas vezes, subsumidas à “luta geral” pela democracia.

As mobilizações políticas negras contemporâneas agregarão o racismo e o direito à diferença ao horizonte das lutas sociais, trazendo assim para a cena política os debates sobre discriminação e identidade racial como marcas singulares em relação aos demais movimentos: “a questão da identidade racial se coloca como um desafio ético, estético e político para o Movimento Negro”, como destaca Marcos Cardoso (2001, p. 12) para o Brasil.

Inclusive podemos enriquecer essa perspectiva trazendo o que Lélia Gonzáles, antropóloga e militante negra feminista brasileira, propõe como *feminismo afro-latino-americano*. Num texto do ano 1988, Gonzáles explora as contradições do feminismo latino-americano, ao não incluir a perspectiva racial e étnica em suas demandas, excluindo, desse modo, as mulheres negras e indígenas. Ressalta esta como uma questão da ordem ética-política que se impõe para milhões de mulheres da região: “refiro-me às ameríndias e *amefricanas* [palavra criada pela autora] subordinadas por uma latinidade que faz legítima sua inferiorização” (Gonzalez, 1988, p. 134).

Segundo Gonzáles, o movimento feminista latino-americano mostraria um “racismo por omissão”, cujas raízes se encontram em “uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade” (Gonzalez, 1988, p. 135). Esse fenômeno ocasionou uma maior proximidade das mulheres negras com os movimentos negros e das ameríndias com os movimentos indígenas, mesmo criticando as práticas sexistas de seus colegas homens.

A autora ressalta: “[u]m novo feminismo se delineava em nossos horizontes, aumentando nossas esperanças pela ampliação de suas perspectivas”, referindo-se às redes de solidariedade dentro do movimento de mulheres que começaram nos anos 1970 e foram ampliadas a partir dos anos 1980 nas articulações nacionais e transnacionais. Gonzáles designa um novo ou renovado sujeito político: “mulheres ameríndias e *amefricanas*” que comporiam o feminismo afro-latino-americano, reformulando os vínculos com as feministas brancas.

Assim, o movimento feminista transnacional aliado à discussão de raça, imprimiria outra dinâmica às percepções antirracistas, ao denunciar o processo de naturalização e de justificação social de hierarquias culturais, que emprestavam às diferenças sexuais um caráter racializado (Guimarães, 2005).



Levando em consideração essa complexidade das críticas que emergem de militantes homens e mulheres negras, ressaltamos como particularidade dos movimentos negros contemporâneos, as políticas e as poéticas que definem perspectivas étnico-raciais e de gênero, sem reduzir a experiência identitária dos diversos protagonistas a ganhos “objetivos” ou a um balanço de “perdas e danos” vivenciados nesses processos políticos. Portanto, a proposta de meu trabalho é de ampliar a observação e a análise a essas dimensões das mobilizações negras, que constituem filosofias políticas.

### “*Que América Latina se sincere*”: o multiculturalismo em questão

Essa frase, expressa por um militante afro-uruguaio para condensar os desafios e as demandas contemporâneas do ativismo negro (e que compõe o título de minha tese de doutorado), convidou-me a refletir sobre um contexto em que os Estados nacionais e as sociedades latino-americanas em seu conjunto são chamados a assumir a multiculturalidade como filosofia política.

A partir desses pleitos é que examino os itinerários e as perspectivas das mobilizações políticas negras contemporâneas no Cone Sul, com ênfase nas redes de ativistas que atuam em Porto Alegre, Montevideú e Buenos Aires,<sup>6</sup> frente aos atuais desafios da implementação de políticas públicas com enfoque étnico-racial. Proponho indagar na transnacionalidade desses processos e compreender as expressões políticas e poéticas da diáspora africana nas Américas, como elas se constituem local e transnacionalmente, e como vêm a interferir no espaço “branco” e/ou “mestiço” da nação.

A partir do aporte da perspectiva antropológica que orienta uma aproximação da “experiência de perto” dos sujeitos (Geertz, 1996), detive-me no protagonismo de ativistas em face aos desdobramentos de políticas públicas e ações reparatórias. A reflexão se insere nas discussões sobre diálogo intercultural e multiculturalismo nas sociedades latino-americanas, buscando compreender os movimentos afro-latino-americanos através das formas com que ocupam a esfera pública e evidenciam noções e projetos de nação em disputa.

---

<sup>6</sup> Escolhi o Cone Sul como contexto regional e três cidades próximas – mas de três países diferentes e que apresentavam conexões entre si – como cenário local para a realização da pesquisa de doutorado.

Busco refletir sobre as especificidades locais desses processos organizativos e de mobilização política no contexto da “América Afro-Latina”.<sup>7</sup> Minha análise se situa na interface entre uma perspectiva diaspórica e um enfoque local. De um lado, observo e analiso as continuidades e as conexões transnacionais da experiência identitária em fluxo e as políticas internacionais. De outro, privilegio o jogo de forças em que os agentes disputam e negociam seu lugar no mundo social e suas noções de justiça racial tanto na esfera pública quanto nas estruturas de poder do Estado nacional.

Proponho que o que as mobilizações negras na América Latina estão expressando são novos projetos de nação através do questionamento dos processos de racialização das relações sociais vigentes e da abertura de possibilidades de um novo pacto social de igualdade racial e diferença cultural, perspectiva pouco contemplada nas abordagens sobre a questão racial latino-americana (López, 2009).

Se, de um lado, os enfoques afro-americanistas<sup>8</sup> nas suas versões atuais apresentam limites conceituais, metodológicos e de estratégias narrativas, apontados por Eduardo Restrepo (2005) como a redução das manifestações negras a uma esfera culturalista; os enfoques da economia política<sup>9</sup> centrados no Estado nacional como unidade de pensamento e nas divisões de classe a seu interior parecem negligenciar as discussões pós-coloniais que se constituem na relação intrínseca das demandas por igualdade e diferença, descentrando a nação e tornando-a um espaço liminar de significação (Bhabha, 2005).

Como ressalta Hall (2003), as mobilizações negras contemporâneas vêm provocar um efeito de desestabilização das fundações do Estado constitucional liberal baseado no universalismo da cultura ocidental.

Os atores políticos que, no momento multicultural, demandam programas de ação afirmativa, fundos de compensação para grupos em

---

<sup>7</sup> Termo utilizado por vários autores para delinear um campo de estudos (Andrews, 2004; Fontaine, 1980), e que nos últimos anos vem sendo discutido tanto em espaços acadêmicos quanto políticos.

<sup>8</sup> As perspectivas afro-americanistas, tal como as define Restrepo (2005), são aquelas que, de acordo com diferentes pressupostos teóricos e metodológicos, dão uma ênfase nas continuidades e nas rupturas dos legados africanos em sua explicação das expressões culturais dos descendentes de africanos nas Américas assim como de sua contribuição na constituição das diversas sociedades.

<sup>9</sup> Para aprofundar esta posição, consultamos Fontaine (1980) e Yelvington (2001).

desvantagem, propõem uma passagem de uma lógica política universalista a uma que combine universalismo e particularismo através de uma dupla demanda que inclua o reconhecimento da diferença cultural e, a seu tempo, a igualdade social e a justiça racial. Demandas que podem ser alcançadas somente através de projetos políticos que levem a sério as filosofias políticas afro-americanas como modo de pensar o diálogo intercultural.

Chamo a atenção para os pleitos dos sujeitos políticos negros, como eles se situam e interferem nas tecnologias de poder nacionais e globais que produzem “zonas diferenciadas de cidadania” (conceito retomado de Aihwa Ong, 2006), assim como nas políticas do multiculturalismo. Mostramos como as articulações transnacionais e nacionais das mobilizações negras se inserem no contexto global, interferem e abrem uma série de paradoxos na relação entre Estado, identidade nacional e cidadania.

Observamos a conformação de redes transnacionais de ativistas organizados em torno de causas coletivas antirracistas, que encontraram um cenário mundial favorável a partir dos anos 1970 em circuitos de identificações através de diferentes realidades coloniais e pós-coloniais e de lutas pela redemocratização em vários países da América Latina. Nesse cenário, as mobilizações negras no Cone Sul inseriram a questão racial em contextos em que predominava uma noção de movimento social vinculada à classe. Nos anos 1990, estas redes se disseminam – paradoxalmente – com a expansão do neoliberalismo e com o foco de atores globais em temáticas afrodescendentes e indígenas como objeto de financiamento e parceria com ONGs na América Latina.

## **A Conferência de Durban e as mobilizações negras**

O caso da Conferência de Durban de 2001 é um exemplo destas articulações locais-globais. Podemos vislumbrar as ações da sociedade civil organizada junto a agências internacionais que promoveram o evento e pressionaram os Estados da América Latina a remodelar ou mesmo criar instituições e políticas com o propósito de reparar as populações afrodescendentes pelo crime de lesa humanidade como foi declarada a escravidão e os efeitos de racismo até a atualidade.

Esses reordenamentos transnacionais tiveram vários impactos nos planos nacionais. Entre eles, contribuíram para a legitimação de espaços

públicos de debate sobre relações raciais nos diferentes países da América Latina. Espaços até então vedados pela eficácia de ideologias da mestiçagem e da branquitude, que formaram parte das bases de construção e dos mitos fundacionais dos Estados nacionais da região.

A implementação de ações afirmativas em diferentes esferas, instituições e temáticas (educação, saúde, mercado de trabalho, regularização fundiária e reconhecimento de comunidades quilombolas, etc.) no Brasil tornou-se modelo para os países no Cone sul com os quais tem uma relação histórica na Bacia do Prata e intercâmbios constantes de pessoas, ativistas e expressões culturais. A criação da Secretaria de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial (SEPPIR) no ano de 2003, com a posse do governo federal do Partido dos Trabalhadores, formou parte também dos desdobramentos dos pleitos de um movimento negro organizado nacional e transnacionalmente.

No caso do Uruguai, a construção da trama de políticas públicas com perspectiva étnico-racial toma um novo impulso a partir de 2005, com a posse do Frente Amplio do governo nacional e a criação de escritórios em diferentes órgãos do governo para orientar as políticas para a equidade racial. Esta intervenção foi propiciada através do capital social e simbólico acumulados pela militância afrodescendente nos trânsitos e nas articulações em diferentes planos. Tais mediações traziam como prática política o referencial transnacional para repensar o contexto de racismo uruguaio e do Cone Sul. Os ativistas, portanto, se constituíram num mediador entre o global e o local através de articulações com o governo nacional e municipal, e instâncias financiadoras externas.

Na Argentina, o processo pós-Durban fortaleceu um órgão criado na década de 90, o *Instituto Nacional de Combate a la Discriminación* (INADI), mecanismo ressaltado nas avaliações internacionais após Durban. Em seus primeiros anos, atendia basicamente as manifestações antissemitas, porém, a partir de 2003, foram ativados fóruns internos no INADI para tratar outras temáticas – entre elas, a discriminação racial contra os afrodescendentes, indígenas e imigrantes latino-americanos e africanos – e assim orientar as políticas promovidas pelo Instituto. O processo Durban abriu espaço também para a discussão sobre a contabilidade dos afrodescendentes no censo argentino como um processo de reconhecimento desse segmento da população no espaço da nação.

Lembramos ainda que a Conferência de Durban, tal como analisa Agustín Lao-Montes (2006), inaugurou um momento de protagonismo

dos movimentos afro-latino-americanos na arena transnacional, colocando em primeiro plano noções de justiça baseadas nas experiências diaspóricas na América Latina, que chamam a atenção para a convergência de igualdade racial e pluralismo cultural. Mesmo que tais noções de pluralismo dos Estados nacionais já estivessem postas em cartas constitucionais (no Brasil, por exemplo) nos anos 1980 e 1990, resultantes de um debate intenso dos períodos de transição de ditaduras, em Durban há uma reconfiguração de noções de justiça que enfatizam os modos como Estados nacionais invisibilizam as conexões entre desigualdade social e racismo, assim como não viabilizam transformações multiculturais.

Todavia, as redes de instituições que capilarizam o poder do Estado não são facilmente reconvertidas. Universidades públicas vivenciam debates intensos e dificultam a implementação de ações afirmativas. Instituições de saúde continuam a reproduzir princípios excludentes raciais e de gênero da biomedicina. E ainda observamos as reações contra medidas reparatórias e de promoção da equidade por parte de sujeitos e grupos que manejam mecanismos de saber/poder. Enfim, não é só o Estado que parece resistir a essa reconfiguração. Esses processos revelam um jogo político em que a salvaguarda de noções universalistas é mimetizada, por outros atores sociais, com a própria concepção de Estado.

Destacamos a redefinição de categorias/categorizações e da relação entre território/população/fronteira estabelecidas pelo Estado que as mobilizações negras abrem. O Estado nacional moderno na América Latina se erige almejando um efeito de unicidade para gerenciar uma sociedade de classes e uma nação construída de maneira homogênea em termos raciais. Durante o século XX vários deslocamentos dos discursos racialistas e modelações ideológicas da “democracia racial” acompanharam as mudanças na agenda antirracista em nível mundial, tendo como parâmetro o racismo instituído do *apartheid* da África do Sul e o regime *Jim Crow* no sul dos Estados Unidos, e, em contraposição, imaginavam a América Latina como o “paraíso racial”.

Em todos os períodos houve resistências negras e lutas pela interpretação da realidade social. Ressaltamos, particularmente, as mobilizações negras no século XX, que antecederam e conformaram ações antirracistas que deram a base para os movimentos negros contemporâneos. Ideias de poder negro, diáspora e pós-colonialismo conformaram o cenário para as construções contemporâneas de uma perspectiva afro-latino-americana. As mobilizações negras contemporâneas vêm realizando operações simbólicas

de trazer a “raça” de maneiras múltiplas para a esfera pública, interferindo nessas noções de unidade do Estado. Entendemos que esses agenciamentos são forças conformadoras de conexões e redes de militância entre sujeitos que reinventam a raça como afirmação através das performances culturais, e com a apropriação do legado político do “Atlântico Negro”, vivenciado através das relações entre ativistas em diferentes Estados nacionais.

As formas de conectar e revelar a experiência negra não se reduzem a um diálogo somente pautado pela conquista de lugares de fala junto ao poder público. As formas de fazer política revelam os efeitos políticos das poéticas identitárias. Enfatizei na tese as performances culturais que conectam espaços e temporalidades interferindo na esfera pública. As poéticas do *candombe* nas cidades do Rio da Prata e das religiões afro-brasileiras, entre outras, se inscrevem em territorialidades urbanas, nas estéticas da cidade e delinham noções de justiça através do não dito, ocupando os espaços através da continuidade de corpos, memórias e intensidades negras. Direitos de ser e estar no mundo social de maneira múltipla, mesmo que vista como minoritária, conformando “contraculturas da modernidade” (nas palavras de Paul Gilroy, 2001 [1993]).

Nesses embates, noções de justiça e projetos políticos dos movimentos negros vinculam e tencionam raça e classe, território, gênero, até a própria condição de “nacional” e “estrangeiro”. Expressam uma multiplicidade da militância que não é reconhecida nos espaços consagrados da “política” como uma prática coerente de mobilização e reivindicação de direitos de um coletivo que mantém uma relação ambígua com partidos políticos, sindicatos, acadêmicos, atores globais, precisamente porque não é contornável pela unicidade hegemônica.

Os projetos políticos contemporâneos das mobilizações negras são orientados pelas experiências de exclusão racial vivenciadas pelos ativistas, as quais são reconvertidas na militância pelo pleito da realização dos direitos a ocupar determinados espaços sociais como o acesso à educação, o mercado de trabalho, a permanência e reconhecimento de territorialidades e moradia. As redes conformadas pelas mobilizações negras e suas mediações nos espaços de poder levam vivências minoritárias para arenas hegemônicas com a reivindicação de direitos e a introdução de novos olhares que questionam mecanismos de saber/poder e tentam permear instituições de Estado constituídas como eurocêntricas. Esses projetos parecem não se enquadrar na lógica de organização do Estado nacional, que impõe e/ou espera um efeito

de unicidade sobre os pleitos e pleiteantes, sem compreender suas lógicas político-culturais.

### **A construção de demandas de desracialização e as políticas públicas no Brasil e no Uruguai**

Outro eixo central de minha pesquisa recai na análise dos modos como as redes de militância são mobilizadas na construção de demandas e as disputas por políticas públicas em torno da saúde e da educação com perspectiva étnico-racial nos contextos brasileiro e uruguaio. Apresentam-se ali as complexas e múltiplas relações entre atores sociais envolvidos no processo de tradução de resistências locais em problemas que irrompem as arenas públicas e se projetam à nação.

Para examinar o surgimento da demanda em saúde como campo de atuação e intervenção da militância negra, devemos visualizar este campo de debates e lutas nas amplas ações de interlocução de militantes com agências do Estado em relação à temática racial. Relaciono a interlocução específica em saúde a processos de profissionalização da militância, ao empoderamento dos militantes como mediadores, a desafios de como permear as instituições do Estado (particularmente no campo da saúde com o domínio da biomedicina, com noções de corpo ocidentalizadas) e à transnacionalização da demanda, com as articulações da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) com os movimentos negros.

Se olharmos o surgimento e a conformação da demanda em saúde nos diferentes contextos nacionais, especificamente no Brasil surge e se dissemina desde a década de 1990 a partir da atuação local de organizações da sociedade civil, particularmente de mulheres negras, que passam por um processo de profissionalização e especialização da militância. Tramas constituídas através do trabalho localizado de longa data ampliam-se às redes comunitárias e étnicas – como o caso das religiões afro-brasileiras – e são potencializadas nas articulações com agentes do Estado.

Os contextos locais de atuação destas organizações e de militantes no duplo papel de ser também profissionais da saúde levaram a observar determinadas problemáticas despercebidas pelos agentes do poder público e que são disseminadas pela militância a outras esferas de atuação. Um desses casos é o HIV/AIDS. As militantes negras, na sua atuação local com projetos

comunitários, perceberam muito antes da divulgação de dados oficiais a feminilização da AIDS, a partir de se defrontar com situações e vivências de mulheres negras pobres heterossexuais. A politização desta doença em sua intersecção com o racismo e as assimetrias de gênero se insere nas discussões em saúde que desconstruem o olhar para “grupos de risco”, e focalizam a produção de vulnerabilidades. A militância negra (particularmente das mulheres) projetou essa problemática local à nação, convertendo a AIDS em um dos símbolos de disputa política perante o Estado.

No Uruguai, a demanda em saúde entre a militância negra surge profissionalizada e transnacionalizada, entre estudantes universitários e militantes profissionais na área da saúde com o apoio de um ator global (como a OPAS), que financia pesquisas e eventos a partir dos anos 2000. Essas instâncias abriram espaços para discutir saúde e racismo entre a militância e os agentes do poder público. Os ativistas afro-uruguayos retomam o modelo do Brasil e ainda expandem suas redes à Argentina, através da organização de foros de debate. Foram observados processos incipientes de mediação com o poder público e de constituição de redes capazes de potencializar o trabalho da sociedade civil organizada, assim como de retomar laços étnicos expressos, por exemplo, em torno do candombe.

A disseminação da discussão de raça e saúde tanto entre o ativismo afro-uruguiaio quanto como demanda ao poder público está se produzindo paralelamente à inserção da temática racial e de gênero no Estado, particularmente naquilo que é visto como eixos de sobreposição das categorias de gênero e raça. Na sociedade civil, este processo se dá a partir da formação de novas organizações, com inserção nacional e internacional, ou de militantes que estão adotando o enfoque de saúde através de projetos pontuais. Quanto à permeabilidade do Estado, a criação da Secretaria da Mulher Afro-uruguiaia no Instituto Nacional da Mulher, em 2005, embora não tenha uma linha de ação específica em saúde, transformou-se no interlocutor privilegiado para as militantes mulheres negras que atuam na área de saúde.

Porém, cabe frisar que tais experiências não se reduzem a contextos isolados da implementação de ações afirmativas. Indicam-nos conexões e confluências, de agentes concretos nos contextos locais que participam de várias áreas de atuação (não reduzida à saúde) que privilegia a luta antirracista de modo geral; assim como no contexto transnacional, por exemplo, uruguayos se inspirando nos processos do Brasil e estabelecendo intercâmbios através de seminários, rodas de debates, oficinas.



A perspectiva da interseccionalidade me ajudou a entender reconfigurações da militância baseadas em relações de gênero. O surgimento de organizações de mulheres negras no Brasil adotando o formato de ONGs se deu num contexto de diversificação da militância nos anos 1990 e de recusa à centralização a partir de tornar visível sua posição dentro dos imbricados sistemas de subordinação e, particularmente, seu lugar nas margens do feminismo e do antirracismo (Caldwell, 2007). Questão que pode ajudar a entender o grande número de ONGs de mulheres negras e suas conexões nacionais a partir de uma “articulação de organizações” e não de uma entidade nacional com centralização política.

Mais ainda, em ambos os contextos nacionais, a análise interseccional de raça e gênero me levou a perceber tanto o corpo da mulher negra como centro das disputas políticas na área da saúde, mas também fundamentando uma crítica às ideologias raciais nacionais. As militantes mulheres negras visibilizam seu corpo como lócus de opressão e resistência na interlocução com gestores públicos. De modo geral, percebo o corpo negro como um lugar da expressão de visibilidade perante os mecanismos de invisibilização dos discursos nacionais, de negação da condição racial e de gênero dos sujeitos nas ações dos gestores de políticas públicas. O debate sobre os cuidados do corpo e os modos legítimos de abordá-lo mostra-nos desafios atuais da militância de ultrapassar a invisibilidade e a negação de sua especificidade em função dos olhares normativos da branquitude.

O corpo negro e uma subjetividade construída a partir de experiências racializadas no espaço diaspórico, uma vivência que incorpora aos ancestrais, às memórias da escravidão, aos processos de exclusão e também à salvaguarda de patrimônios étnicos, podem ser compreendidos como eixos de uma perspectiva diferenciada que produz a crítica pós-colonial. Estas ideias desestabilizam as “liberdades individuais” em abstrato para chamar a atenção à complexidade de vínculos, pertencimentos e identidades a ser incorporados nas definições de direitos de cidadania.

No que tange as demandas em educação, parto dos debates internacionais sobre ações afirmativas para destacar como foram equacionados no contexto brasileiro e uruguaio. Observo, no Brasil, um itinerário de longa data da militância negra para relacionar raça e educação como demandas ao poder público, que se reforça em sua permeabilidade em esferas do Estado e a ampliação de instituições envolvidas na sua disseminação a partir do processo em torno à Conferência de Durban. A discussão das cotas étnico-raciais nas universidades foi uma das aristas para tal disseminação.

No Uruguai, notei esforços da sociedade civil por inscrever uma perspectiva diferencial no mundo letrado expressando um ponto de vista negro da história e cultura nacional, inclusive estabelecendo pontes com a cultura performática do candombe. Porém, mostram-nos as dificuldades de alcançar os mecanismos com poder de disseminação, situação que está se revertendo nos últimos anos, a partir da articulação de diversos atores para além da militância negra (universidades e profissionais, editoras, atores globais, atores governamentais), que convergem numa rede incipiente que reforça a discussão sobre a temática racial na esfera pública e que apontam a valorização das trajetórias profissionais negras tendo como horizonte constituir as desigualdades étnico-raciais num “problema social” merecedor de ações afirmativas. Essa perspectiva vem sendo reforçada com o impacto que teve a divulgação de dados oficiais sobre desigualdade racial a partir de 2006, com a inclusão da variável étnico-racial na *Encuesta Nacional Ampliada de Hogares* (ENHA).<sup>10</sup>

Os debates na área de educação nos dois contextos nacionais se desdobram e confluem ao pleito quanto ao domínio do código escrito e quanto à exigência de ocupar os lugares de fala autorizada sobre a identidade da nação, tentando a reconfiguração de mecanismos de saber/poder. Todavia, seus desdobramentos estão em continuidade com outras ações e entrelaçadas a militantes em outros campos de atuação (da cultura, da saúde, etc.) com uma busca de empoderamento, ou seja, de ocupar lugares relevantes reconhecidos socialmente. O meio universitário e científico faz parte desses lugares e entra, assim, nas ações que visam a reparações através da redistribuição de recursos e posições de prestígio social.

Pode-se dizer que a implementação de políticas afirmativas visa causar o impacto de reformular o Estado e questionar ordenamentos “universalizados”, pleito que se depara com instituições públicas que hesitam em se reformular como multiculturais. Mais ainda, essas instituições, quando questionada sua “universalidade” através de ações afirmativas, parecem redobrar os mecanismos de invisibilização da população negra como único recurso para equalizar diferenças. Foi o caso observado no momento inicial do processo de ações afirmativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e as dificuldades institucionais de diálogo intercultural com os ingressantes

---

<sup>10</sup> Cabe apontar à inexistência de categorias étnico-raciais nos registros oficiais uruguaios durante todo o século XX, a exceção da ENHA de 1996, que incluiu essas categorias. Nesse sentido, o debate atual ganha mais relevância.

negros (como exploraremos em outro capítulo), através de fixar uma ideia do que seja a “diferença cultural” que não os contempla. Observamos que o processo que levou à implementação de um programa de ações afirmativas abriu brechas de expressão da diversidade cultural. Porém, a insistência por desautorizar perspectivas étnico-raciais nos modos de compreender as desigualdades e experiências subjetivas diferenciadas, continua a destituir os sujeitos negros no próprio ato de pretender uma medida de inclusão.

A partir dos elementos apontados em minha tese, proponho uma reflexão sobre como pensar a realização de novos pactos éticos e de nações reimaginadas no diálogo interétnico, que fundamentem sociedades multiculturais. Como ressalta Hall, o momento multicultural atual coloca desafios para além dos vocabulários políticos contemporâneos. O que seria necessário, então, para tornar essa “deriva” um movimento sustentado, um esforço conjunto de vontade política?

Nessa perspectiva, podemos lançar um olhar crítico às teorias sobre a relação entre Estado e diferença cultural e realçar os paradoxos desse diálogo. Os movimentos afro-latino-americanos estão expressando uma filosofia política que traz para a esfera pública noções e projetos de sociedade multicultural, mas que não é levada a cabo (e nem levada a sério) na hora da viabilização institucional.

As situações observadas nos chamam a atenção para a complexidade da política racial empreendida e da participação e pressão feitas pelos movimentos afro-latino-americanos. As mobilizações negras não podem ser entendidas em sua densidade sem olhar as políticas culturais que trazem consigo, através de suas relações com performances e poéticas que presentificam a África na diáspora e modelam sujeitos e territórios negros. Ou sem prestar atenção a seus cruzamentos com políticas de descolonização em escala mundial e aos símbolos políticos do Atlântico Negro. Um olhar analítico sob a perspectiva de gênero também nos aponta não só a interseccionalidade que produz e reitera formas de exclusão, mas também experiências diversas do corpo e do mundo social dos sujeitos negros. Ainda, a noção de reparação perpassa estas políticas que, aplicada dentro dos parâmetros discutidos na Conferência de Durban, traria consigo propostas de justiça racial para segmentos oprimidos (incluindo também os povos indígenas), que possam vir a fundar novos pactos éticos em escala nacional e global.

Essas políticas e pleitos contribuem a desestabilizar entendimentos do multiculturalismo e nos desafiam a pensar em noções mais amplas que não

fixem as “diferenças” como mais uma normalização do Estado, ou que não pressupõem a ratificação da diferença cultural por parte de uma entidade ou lugar que se imagina por fora dos particularismos e se erige como universal, seja o Estado ou a sociedade nacional. Nosso desafio parece ser o de encontrar possibilidades, que propiciem uma desracialização das relações sociais através de políticas públicas e uma mudança institucional para criar uma arena de expressão e diálogo intercultural. Nesse sentido, proponho levar a sério a perspectiva afro-latino-americana como uma filosofia política que nos interpela – “que a América Latina seja sincera” – para que novos pactos sociais/éticos/estéticos possam ser realizados.

## Referências

- ANDREWS, G. R. *Afro-Latin America*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- BANTON, M. *A ideia de raça*. São Paulo: Edições 70/Martins Fontes, 1977.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. Sobre as artimanhas da razão imperialista. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 15-33, 2002.
- BRAH, A. *Cartographies of Diaspora: contesting identities*. London/New York: Routledge, 1996.
- CALDWELL, K. Mulheres negras, militância política e justiça social no Brasil. *Revista Gênero*, Niterói, v. 8, n. 1, p. 53-69, 2007.
- CARDOSO, M. A. *O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, Belo Horizonte, 2001.
- FALERO, A. Sociedad civil y construcción de nueva subjetividad social en Uruguay: condicionamientos, conflictos, desafios. In: SEOANE, J. (Comp.). *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- FERREIRA, L. *Mundo afro: uma história da consciência afro-uruguaia no seu processo de emergência*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UNB, Brasília, 2003.
- FONTAINE, P. M. The political economy of afro-latin america. *Latin American Research Review*, Texas, v. 15, n. 2, p. 111-141, 1980.
- GEERTZ, C. *La interpretación de las culturas*. Barcelona: Gedisa, 1996.
- GILROY, P. *O Atlântico negro*. Modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001 [1993].
- GONZALEZ, L. Por un feminismo afro-latinoamericano. Mujeres, crisis y movimiento. *Ediciones de la Mujer del ISIS Internacional*, n. 9, p. 133-140, 1988.

GORDILLO, G.; HIRSH, S. Indigenous struggles and contested identities in argentina: histories of invisibilization and reemergence. *The Journal of Latin American Anthropology*, v. 8, n. 3, p. 4-30, 2003.

GUIMARÃES, A. S. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 2005.

HALL, S. *Da diáspora*. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HANCHARD, M. Política transnacional negra, antiimperialismo e etnocentrismo para Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant: exemplos de interpretação equivocada. *Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 63-96, 2002.

HANCHARD, M.; CHUNG, E. A. From race relations to comparative racial politics. A survey of cross-nacional scholarship on race in the Social Sciences. *Du Bois Review*, 1:2, p. 319-343, 2004.

LAO-MONTES, A. Afro-latinidades and the Diasporic Imaginary. *Revista Iberoamericana*, n. 17, p. 117-130, 2005.

\_\_\_\_\_. Sin justicia étnico-racial no hay paz: las afro-reparaciones en perspectiva histórico-mundial. In: MOSQUERA, C.; BARCELOS, L. C. (Ed.). *Afro-reparaciones: memorias de la esclavitud y justicia reparativa para negros, afro-colombianos y raizales*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006.

LÓPEZ, L. C. “*Que América Latina se sincere*”: uma análise antropológica das políticas e poéticas do ativismo negro em face às ações afirmativas e às reparações no Cone Sul. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MOSQUERA, C.; BARCELOS, L. C. (Ed.). *Afro-reparaciones: memorias de la esclavitud y justicia reparativa para negros, afro-colombianos y raizales*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006.

ONG, A. *Neoliberalism as exception: mutations in citizenship and sovereignty*. Durham: Duke University Press, 2006.

RESTREPO, E. *Políticas de la teoría y dilemas en los estudios de las Colombias negras*. Bogotá: Editorial Universidad del Cauca, 2005.

SEGATO, R. Identidades políticas/Alteridades históricas: una crítica a las certezas del pluralismo global. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, 97, p. 161-196, 1999.

STEYN, M. Novos matizes da branquidade: a identidade branca numa África do Sul multicultural e democrática. In: WARE, V. (Org.). *Branquidade*. Identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

WALLERSTEIN, I. *El moderno sistema mundial*. La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI. México: Siglo XXI, 1979.

YELVINGTON, K. A. The anthropology of Afro-Latin America and the Caribbean: diasporic dimensions. *Annual Review of Anthropology*, v. 30, p. 227-260, 2001.